ISSN 2447-9357

A FORMAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

Andreia Marquezan*

José Santana da Silva**

Resumo: O presente trabalho é parte integrante das etapas do Estágio Supervisionado do curso de História que, como parte inicial, faz uma análise, em contexto geral, sobre o papel desempenhado pelas escolas dentro da sociedade brasileira. A escola é definida como uma instituição de ensino que possui função social e tem o princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado. Esta concepção dominante estabelecida concede a ela um valor substancial, sendo a viabilizadora da inserção do conjunto de saberes indispensáveis que entremeiam as relações sociais. Dentro desse contexto, qual o papel da escola na formação dos indivíduos? O PPP (Projeto Político Pedagógico) tem por função não só definir toda estrutura escolar, mas, e, principalmente, ele é um plano gestor onde estão formalmente descritas as concepções a respeito da formação dos alunos, em seus aspectos políticos, sociais e de trabalho. É objetivo deste artigo, analisar se a escola proporciona uma educação crítica e desprendida do padrão social estabelecido ou se ela é apenas uma instituição do Estado. Um ensino nesses moldes se define como a percepção de que a educação deve estar comprometida com a transformação desta sociedade injusta e intolerável. Por essa razão, uma perspectiva emancipatória da educação deve se constituir no desenvolvimento da consciência crítica da realidade e, ao mesmo tempo, na promoção do respeito e da autonomia do educando. Desta forma, buscam-se, por meio da literatura concernente ao tema, subsídios que atestem o princípio defendido neste, que é a viabilização de uma educação crítica e uma formação emancipadora nas escolas. Esta ação transformadora tem como princípio fundamental a concepção do indivíduo em sua totalidade, viabilizando o desenvolvimento de sua própria personalidade, tanto intelectual quanto emocional.

Palavras-chave: Educação Emancipatória, Transformação, Formação.

Introdução: A escola é definida na sociedade atual como uma instituição de ensino que possui função social e tem o princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado.

* Graduanda do curso de História do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da UEG.
** Doutor em História; professor no Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da UEG. Orientador de Estágio Supervisionado.

ISSN 2447-9357

Esta concepção dominante estabelecida concede à escola um valor substancial, pois é ela a viabilizadora da disseminação do conjunto de saberes indispensáveis que entremeiam as relações sociais. A gestão da instituição escolar implica o ordenamento normativo e jurídico que inclui o Projeto Político Pedagógico (PPP) como documento elucidativo do corpo da escola, em sua forma estrutural e ideológica. Este projeto é construído pelas pessoas envolvidas no processo educativo, o que o torna um compromisso coletivo. O projeto é definido como um plano por escrito para a realização de algo e, no caso do PPP, este possui dois aspectos, o político e o pedagógico. O aspecto político contempla o compromisso social que visa os interesses da comunidade, e o pedagógico contempla a formação dos alunos. A relação desses dois aspectos visa a organização pedagógica, guiada por parâmetros ditados pelo sistema de ensino e que deve ser baseada na realidade social da comunidade onde a escola está inserida.

> O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público (FREITAS et al., 2004, p. 69).

Assim sendo, o PPP define a gestão escolar em seu cotidiano pedagógico e administrativo, evidenciado pelo currículo que orienta as atividades internas da escola e, como construção coletiva e compromisso político e pedagógico, como cita Freitas acima, uma de suas atribuições parte do pressuposto que, sendo uma referência da escola, é concernente o amadurecimento de mudanças da realidade racional do fundamento da educação. Manacorda afirma que

> […] o primeiro pressuposto de toda pesquisa deste tipo não pode deixar de ser, exatamente, a constatação da historicidade e, portanto da inevitável transitoriedade de toda formação existente, e também da sua arbitrariedade em relação à racionalidade humana, na medida em que nenhum resultado orgânico da sua história foi, até agora, desejado e planejado pelo homem. Não há, portanto, motivo racional para considerarmo-nos satisfeitos em qualquer relação social existente; deveríamos antes estar inclinados a percebê-la (ainda que "iluministicamente") como casual e arbitrária (MANACORDA, 1991, p.3).

A escola, tal qual se apresenta em nossa sociedade, sempre foi estruturada para atender aos intereses da clase dominante, e os implementos inovadores que se fazem pelo progresso tecnológico não a retirou da condição enferrujada de suplantação.

ISSN 2447-9357

> A escola, por outro lado, é antes uma superestrutura (se se quer usar, mas num sentido que ultrapassa a extensão deformada), não apenas, ou não tanto, porque brota com e de uma estrutura originária de base, sobre a produção e a propriedade e é, *em última estância*, condicionada por suas relações, […] ela tende a descolar-se, a separar-se da sociedade e a viver na estratosfera de suas tradições fossilizadas. A tecnología transforma imediatamente a fábrica, mas não muda imediatamente a escola (ainda que lhe forneça novos conteúdos e novos instrumentos) (MANACORDA, 1991, p.4).

Adequar anualmente o PPP de cada escola não se torna eficiente sem a iniciativa de ações coletivas para que este seja de alguma utilidade na promoção de mudanças, mesmo de caráter restrito, que se façam refletir no campo das concepções da consciência emancipadora. Um passo inicial necessário para atenuar e/ou retirar da mente da comunidade escolar valores inseridos historicamente e que não fazem parte do real interesse da grande parcela da população subjugada e subvertida por eles. O PPP, como parte integrante das políticas educacionais, e estas, parte integrante do sistema vigente, serve para delinear a sociedade e sua função está restrita a isso e, enquanto tal, seu papel é unicamente, reproducir as relações dominantes na sociedade de clases.

Referencial Teórico: Durante a composição desta análise inicial e, posteriormente, seu desenvolvimento configurando as outras partes da descrição, estudo e pesquisa do Estágio Supervisionado, serão estudados e discutidos, preferencialmente, os conceitos axiologia e axionomia, onilateralidade, unilateralidade, educação emancipatória e observações críticas ao sistema educacional, como também a análise completa do PPP da escola-campo e a experiência do estágio que será considerada como estudo de caso.

Para trabalhar com o conceito de axiologia e axionomia, será utilizado o autor Nildo Viana, em seu artigo *Educação e Valores – da axiologia à axionomia* (2016), onde são apresentados esses conceitos, analisados a partir da relação entre educação e valores. Manacorda, em *Marx e a Pedagogia Moderna* (1991), trata do conceito de onilateralidade e unilateralidade e sobre a educação emancipatória. A obra expõe uma investigação sobre a pessoa humana e sobre a perspectiva do seu desenvolvimento, contrapondo ao conceito de unilateralidade em uma sociedade dividida e observando o ensino transmitido nas escolas criadas pela burguesia aos operários.

Em Pierre Bourdieu e Passeron, na obra *A reprodução – Elementos Para Uma Teoria do Sistema de Ensino* (2011), os autores retratam como o sistema de ensino, como instituição relativamente autônoma, permite a reprodução da cultura dominante, reforçada como poder simbólico atuante nas relações de força no seio da sociedade. Outro ponto

ISSN 2447-9357

destacado pelos autores, e de crucial relevância nos estudos sobre o sistema educacional brasileiro, é o cumprimento das funções da escola que se limitam ao reconhecimento da cultura dominante e, ao mesmo tempo, o impedimento de acesso a esta cultura por parte das classes inferiores. A análise do Projeto Político e Pedagógico da escola-campo escolhida será realizada com base no próprio documento da escola, mas sempre referenciando-se na literatura adotada com o objetivo de fundamentar não só a análise, como, também, as contraposições que serão discorridas.

Em relação à experiência do Estágio Supervisionado, o estudo de caso será adotado como relato da vivência dentro do ambiente escolar, abrangendo uma avaliação completa nas áreas: estrututal, pedagógica, política e social. Este estudo de caso, uma das partes futuras e constituintes do projeto, se caracteriza de muita importância, pois será a descrição da realidade de uma escola, contemplando a prática embasada na parte teórica de estudiosos do tema educação.

Metodologia: O desenvolvimento deste projeto documental e bibliográfico se dará a partir das leituras das obras de Nildo Viana, *Educação e Valores – da axiologia à axionomia (2016)*; Mario Alighiero Manacorda, *Marx e a Pedagogia Moderna (1991)*; Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, na obra *A reprodução – Elementos Para Uma Teoria do Sistema de Ensino* (2011). Paralelamente a estas obras, leituras de artigos científicos referentes à Educação no Brasil. No trabalho será apresentada, também, a avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola-campo escolhida, Colégio Estadual Senador Onofre Quinan, na cidade de Anápolis, Goiás, e o estudo de caso relatando a experiência dentro do ambiente escolar, abrangendo a avaliação completa dos elementos constituintes da escola.

Resultados e Discussões: Ao iniciar esta pesquisa, parte-se do pressuposto de que o sistema educacional brasileiro contempla uma forma reprodutiva com bases nos interesses da classe dominante, conforme evidencia Libâneo

> [...] o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças (LIBÂNEO, 2012, p. 16).

A predominância da cultura elitista como correta, em detrimento de outras, e a possibilidade insipiente da formação, com vistas ao desenvolvimento total do ser humano, são

ISSN 2447-9357

reproduzidas nas instituições de ensino que funcionam como parte integrante do Estado, exercendo papel de atender à demanda de mão-de-obra para o capital. Em contrapartida, a classe dominante desfruta de um ensino completo e científico. Desta forma, o papel primordial da educação, que é a emancipação através do conhecimento, não é exercido, porquanto se torna um risco ao sistema vigente.

A redação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, enuncia que

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao se referir ao preparo do educando para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, a lei, na realidade, está fundamentando seu objetivo que é a reprodução das relações capitalistas, onde o trabalhador é preparado desde a escola para servir com sua força de trabalho. A escola, como instituição do Estado, viabiliza a alienação do trabalho e descarta a formação onilateral do indivíduo, proposta por Marx.

> Frente à realidade da alienação humana, na qual todo homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza [...] está a exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação (MANACORDA, 1991, p. 79).

A onilateralidade significa o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, em sua totalidade, o que difere da legislação, que prepara o indivíduo, desde sua vida escolar, para servir às instituições e para exercer seu lugar na sociedade, como cidadão, alienado, que possui apenas sua força de trabalho para oferecer e está sob o jugo do sistema capitalista. E o lugar onde ele é preparado para isso é na escola. Desta forma, a escola que deveria ser um espaço onde se forma o indivíduo, com consciência emancipadora, se reduz a ser uma instituição do Estado que reproduz os interesses do capital.

Ainda em desenvolvimento, este trabalho tem o intuito de fazer um paralelo entre a literatura referencial e a realidade da escola. O resultado esperado será a validação da teoria através da prática na escola-campo.

Conclusão: Os problemas que se configuram na educação brasileira giram em torno do sistema de produção capitalista, que impede a formação de uma consciência emancipadora

ISSN 2447-9357

nos indivíduos. Esse sistema é o único entrave para a aplicação de um sistema educacional que proporcione ao indivíduo o conhecimento para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Como parte inicial de um trabalho de Estágio Supervisionado de História ainda em construção, este artigo apresenta poucos resultados, visto que as análises da escola-campo são iniciais, assim como a experiência que está sendo vivenciada dentro dela. Porém, mesmo com resultados provisórios, é possível observar que a escola em questão cabe na descrição fundamentada neste trabalho de entidade reprodutora dos interesses da classe dominante.

No decorrer de seu desenvolvimento, pretende-se enriquecer essas análises através da teoria fundamentada na prática e realidade escolar. Esta pesquisa construirá o referencial teórico e o corpo da dissertação.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino, (Tradução: Reynaldo Bairão e revisada por Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta), Ed. Vozes, 2ª edição, 2009, 266 pp.

FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. **Escola Viva:** elementos para a construção de uma educação de qualidade social. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda, 2004.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
PPP - **Projeto Político-Pedagógico**. Anápolis: Colégio Estadual Senador Onofre Quinan, Anápolis, Goiás, 2015.

VIANA, Nildo. Educação e Valores: Da Axiologia à Axionomia. In: SILVA, Luzia Batista de Oliveira; BARCELLOS, Ana Carolina Kastein; MARCON, Gilberto Brandão (Orgs.). **Sobre teorias, teóricos e temas relevantes em Educação.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2011.